



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: Projeto de Lei Complementar nº 11 de 2025.

SOLICITANTE: Presidência da Câmara Municipal (Art. 92-A, § 4º do RICM)

COMISSÕES (Art. 92, § 4º do RICM): (i) Comissão de Serviços Públicos Municipais e Políticas Sociais (Art. 61, III, b, do RICM).

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Complementar nº 11 de 2025, de iniciativa do Prefeito Municipal dispõe sobre a criação de dois cargos de Professores na área de Informática, os quais passarão a compor a estrutura administrativa de Soledade de Minas.

Foi devidamente confeccionada e apresentada a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, além dos requisitos para investidura e atribuições inerentes, os quais estão presente no anexo único da proposição.

FUNDAMENTAÇÃO

Com relação à criação de cargos na estrutura da administrativa da Prefeitura Municipal, é sabido que tal prerrogativa está contida exclusivamente à esfera de atuação do Chefe do Poder Executivo.

Assim, o Prefeito, após analisar a conveniência e oportunidade, bem como qualquer outra questão afeita à criação, principalmente aquelas delineadas no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, inicie, pois, o processo legislativo das leis.

Tal prerrogativa está inserida no artigo 61 da CF/88, a qual se aplica no âmbito municipal em decorrência do Princípio da Simetria, além de disposição expressa na Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 50, I.

Além disso, quanto às atribuições previstas no anexo do diploma legal percebe-se que as funções são compatíveis com a natureza do cargo (provimento efetivo), não havendo oposição a tal ponto.



Ainda é possível observar que foi devidamente satisfeita a exigência de se respeitar as balizas orçamentárias para criação e manutenção das despesas que surgirão em decorrência da criação do cargo, conforme artigo 113, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, ao ser juntado ao projeto a estimativa de impacto financeiro e orçamentário.

CONCLUSÃO

Assim, fica a critério do Chefe do Poder Executivo a criação de cargos na estrutura da administração direta, mediante prévio processo legislativo, desde que respeitado as disposições orçamentárias e constitucionais, as quais, na oportunidade, foram cumpridas.

Soledade de Minas, 08 de dezembro de 2025



Documento assinado digitalmente
BRYAN AMBROSIO DE OLIVEIRA
Data: 08/12/2025 13:38:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRYAN FRAGA DE OLIVEIRA AMBRÓSIO
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/MG 234.179

